OPINIÃO CATHARINENSE

PUBLICA-SE

JORNAL POLITICO E NOTICIOSO

As quintas-feiras de cada

semana.

REDACTOR PRINCIPAL

DR. GENUINO FIRMINO VIDAL CAPISTRANO.

ASSIGNATURAS

CAPITAL

Anno 5 000

PARA FORA

Anno 6 000

Folha avulsa 200 rs.

OPINIÃO CATHARINENSE.

Estrada de Lages.

A indifferença do governo provincial e a inercia no cumprimento da lei que o autorisa a contrahir o empréstimo de *quinhentos contos*, afim de serem applicados na factura da estrada de Lages, fizeram reunir-se os amigos do progresso, para organizar-se uma companhia que leve a effeito essa idéa, que, traduzida em facto, será o marco assestado no caminho do desenvolvimento de nossa provincia.

Foi o orgão liberal o primeiro a fazer sentir a necessidade da organização de uma companhia destinada a esse fim, declarando que esperar-se pelo governo provincial seria sempre vã essa esperança.

Os srs. dr. Ramalho (chefe liberal), Brinhosa, Pamplona e outros liberaes tentão levar a effeito essa idéa, de resultados fecundos para nossa provincia.

Esses distinctos cidadãos dirigirão-se a palacio a expôr suas intenções a presidencia sobre tão momentoso assumpto.

Se o sr. dr. João Thomé da Silva acolher as benignamente, como deve, não ouvindo a voz do *grupinho*, sempre prompto a embarçar qualquer idéa em que entre adversarios politicos, ou que parta de sua iniciativa, a opinião catharinense ficará de algum modo satisfeita.

Sim; o que não quer o *partido conservador* é ser confundido com *tres ou quatro individuos*, cujo prestimo está no recebimento das graças que lhe dispensa o actual governo da provincia. E que s. ex. vai comprehendendo a conveniencia, urgido pela necessidade, de pôr á margem esses pretensos *chefe e directores*, os factos o demonstrão cabalmente.

Cheguem-se os liberaes a palacio; procurem s. ex., e não de ser attendidos em todo cordial e facilmente.

E' que o sr. João Thomé vai pondo á margem o *grupinho* que não o defende, e apenas serve para compromettel-o.

Bem procede, pois, a *Regeneração* em não combater a administração, sendo esta a propria a reconhecer estar o orgão opposicionista em *maré de vasante*.

Bem procede a folha liberal, dizendo que o folheto contendo a falla com que s. ex. abriu a assembléa provincial, *traz muitos esclarecimentos uteis*.

O sr. João Thomé faz apenas politica geral com o orgão da opposição.

Não queremos agular susceptibilidades, nosso alvo é mostrar que vamos conseguindo nosso fim, fazendo comprehender a s. ex. que o *grupinho* é imprestavel.

Vai chegando a hora de dizermos a s. ex., sem temor de contestação: governa a provincia com os liberaes, e pôz *completamente á margem o grupinho*, que compromettia o *partido conservador*, depois de inutilisar ao sr. João Thomé.

Parece inaceitavel o asserto de que s. ex. faz politica liberal, no entretanto é a realidade attestada pelos factos.

Demitte os conservadores, nomeia os adversarios para os cargos de confiança e obtém estes em materia politica o que desejão da presidencia.

O orgão opposicionista que já comprehendeu a critica posição de s. ex., e até onde chega seu amor ao poder, o ridicularisa de

lações politicas; — s. ex. presta-se a tudo *docilmente*, urgido pela necessidade.

Mas não nos desviemos por uma associação de idéas da epigraphie de nosso artigo.

A estrada de Lages, que dicemos estar intrasitavel e sem melhoramento de ordem alguma, vai ser uma realidade, a vista dos nomes dos cavalheiros que se achão á frente da idéa.

Só desse modo deixará a provincia de ter esse immenso e continuo sorvedouro dos dinheiros publicos.

Assim é que vinte contos forão votados na ultima sessão da assembléa legislativa, afim de serem applicados nos reparos dessa estrada, e até hoje os atoleiros permanecem, ou antes, ficarão piores.

O proprio engenheiro que se occupa desses *importantes melhoramentos feitos (!)*, como diz o *Conservador*, é aquelle que sendo encarregado de orçar a despeza a fazer-se com essa estrada (*mystificação*) veio mostrar que *nesses importantes melhoramentos*, comprehendendo a parte *sã* da estrada de S. José á Angelina, deve-se ainda despendir *com contos de reis*, ou a *sexta* parte do *orçamento*.

Eis que o sorvedouro continúa.

Hoje, porém, a companhia vai levantar-se; e julgamos ser o meio *mais conveniente* de tornar-se effectiva a ligação entre a capital e o rico e importante municipio de Lages, porquanto a presidencia não contrahirá o empréstimo dos *quinhentos contos*.

S. ex. *mystifica* allegando estudos a fazer, e receios de uma mudança no actual estado de cousas, ou de sua retirada em breve.

Razões futeis e *mystificadoras*, que poderia ser successivamente invocadas pelos seus successores.

Se o sr. João Thomé não se acha com animo de effectuar a operação de credito, ao menos conceda á companhia que se organizar o privilegio de uns *vinte annos*; garanta o pagamento de juros por parte do governo geral de 4 a 5 %, ao anno do capital empregado; e mais o direito aos impostos das *barreiras*, os quaes deverão ser fixados por uma tabella.

Deste modo, e com o mais que se julgar conveniente, obterá a provincia uma boa via de comunicação com a quantia de quatrocentos a quinhentos contos, pagos quasi insensivelmente pelo governo geral, e a companhia um juro de 2 a 3 %, ao mez ou ainda mais.

A provincia, porém, terá além disso a vantagem do commercio, as rendas de produção e exportação, e outros resultados.

Se o governo provincial for intentar essa obra sob suas vistas, hade consumir os dinheiros publicos e nada obter.

Isto só deve fazer com que o administrador, sem maiores delongas, abraça a idéa dos amigos do progresso de Santa Catharina, e não preste ouvidos ao *grupinho* Eloy, Rosas e Delfino, que naturalmente, por ser a idéa liberal, hão de procurar fazer com que não seja traduzida em realidade.

Estas são nossas idéas expostas rapidamente; os homens entendidos poderão talvez encontrar algum outro meio mais conducente a esse *desideratum*, já do commercio e população desta capital e S. José, já dos habitantes de Lages que veem-se na contingencia de commerciar com a provincia do Rio-Grande do Sul e com a do Paraná, por falta de estrada que os ligue a esta capital.

COLLABORAÇÃO.

A situação nesta provincia.

A fatalidade nos persegue nesta provincia desde que foi confiada seus destinos ao sr. dr. João Thomé da Silva!

O braço forte do governo provincial não tem acção para fazer parar o carro dos demandos que em todos os ramos da administração se vê!

Não obstante os esforços do governo geral para dar incremento á provincia do-n de boas vias de comunicação, perdicios por *afilhadagem*, ou antes *filhotismo*, do imprestavel *grupinho* que rodeia o sr. dr. João Thomé, cada vez mais ousado apparece para pôr entrave ao pensamento do nobre ministro da agricultura!

Não pensem os leitores que declamamos, não; nosso norte é a verdade e com ella, ainda que mais tarde, suplantaremos a vaidade de nossos dominadores.

Não declamamos, não; porque o facto de que agora nos occupamos é digno da mais severa censura, visto como importa o desperdício dos dinheiros publicos, do suor do povo laborioso que concorre com o seu contingente, pagando impostos para sustentar-se *superfluidades e ineptias*.

Trata-se do concerto da estrada de S. José á Lages, mas cada vez está peor; na parte que passa no Morro do Gongo está intrasitavel, perdendo ali os tropeiros grande parte do gado, pelo qual pagão impostos de pedagio ou de transito na referida estrada!

Do mesmo modo, entre Santo Amaro do Cubatão e a colonia Theresopolis, existem *atoleiros* que impedem o transito publico.

Estava encarregado dessa obra o engenheiro Pedro Luiz Toulous, que tinha escolhido para administrar os trabalhos o cidadão Joaquim de Souza Lobo, homem intelligente e entendedor da materia, não só por que servira como tal na factura da estrada *União e Industria*, no Rio de Janeiro, como pela razão de ter administrado a obra da estrada de S. José á ponte de Imaruhy, em que provou sua aptidão, deixando essa parte da estrada toda de rodagem e feita com as precisas cautelas para sua conservação.

Mas, indo á fazenda do finado coronel Neves uma das *figuras de grande importancia da quadra* disse: — não, este encargo ha de ser para o Leonel; *vd o Lobo para a rua*; e de facto assim aconteceu, dando o sr. João Thomé o lugar de administrador ou apontador ao sr. Leonel Heleodoro da Luz, com o vencimento de 150\$000 réis mensaes, ou 5\$000 réis diarios!!!...

Agora perguntaremos: que noções tem o *felisardo* do *filhotismo* para administrar as obras da estrada de Lages?

Ninguém dirá que tem habilitações para o bom desempenho do cargo, especialmente agora que o engenheiro deixou a obra e foi mandado servir na do Itajahy.

Digão-nos: quem era o mais habilitado para aquelle serviço, Lobo, que o exerce ha annos e que já tem dado provas evidentes de saber desempenhal-o, ou Leonel, que, apenas agora pela vez primeira, foi empregado nesse serviço?

E assim se perde o jornal que se poderia pagar a cinco trabalhadores diarios, cujo serviço seria muito mais aproveitavel!

GAZETILHA.

rás tantos milagres; até quando o teu devoto dr. João Thomé te adorará ?!!!

E não teremos razão de censurar actos de tal natureza, que custão ao Estado 1:800\$ réis annualmente e a privação de cinco operarios, cujo trabalho pelo menos traria a grande vantagem de serem com mais presteza feitos os reparos na estrada de Lages ?!

Caminhe assim, sr. dr. João Thomé; arranje um outro *felizardo* para outra estrada de Biguassú à colonia, e diga com todo o emphase — miha administração é uma concopia de graças;

Se a candidatura Ceará naufragar, aqui está a *santa dos engeitados* para amparar-me.

Não é verdade ?

Justus.

Desterro, 7 de fevereiro de 1875.

CORRESPONDENCIA.

S. Francisco, 18 de Janeiro de 1875.

Continuando em nossa correspondencia desejo dar-lhe exacta noticia dos factos que aqui occorrem, dignos de publicidade, a fim de serem conhecidos por meio da imprensa. E, pois, com seu assentimento irei escrever as taes quaes se forem passando.

Usarei, como já vio nas minhas anteriores, nem de attavios de linguagem, nem de infidelidade nas noticias.

Bem sabe o limitado numero de idéas que pode produzir um pequeno lugar; se os apuros de um escriptor em provincia não são pequenos; se elle necessita andar inventado, e sabendo-se as vezes mal, como aquelle que, desapparecendo um individuo, deu noticia que tinha sido devorado pelos lobos, apparecendo no entretanto o cadaver no outro dia nas ribanceiras de um rio; quanto mais não se hade ver em difficuldades o pobre escriptor destas linhas vivendo em tão limitado circulo.

Com tudo é certo que os factos censuraveis, as injustiças estão na razão directa do *acanhamento* da sociedade.

Sem maiores preambulos começarei pela nossa camara municipal, composta, é verdade, de bons cidadãos; mas baldos de intelligencia e pratica do serviço publico, entregáram-se de corpo e alma a um *grupinho*, como ahí existe, assignando elles de cruz, para o publico soffrer.

Nada, no entretanto, de melhoramentos; nada de estradas e pontes; nada de conclusão da obra do mercado; nada de Lazaretto, embora estejam consignadas nas respectivas leis do orçamento vigente quantias destinadas para taes obras publicas.

Só trata a camara, ou para melhor dizer o *grupinho de cá* de banalidades, felicitações ao celebre iniciador da aula nocturna, e de outras quejandas taes.

Antes que me esqueça vou narrar-lhe um facto que ha poucos dias se deu nesta cidade, representando nelle seu papel a camara municipal, por intermedio de seu fiscal.

Este declarou uma guerra viva a especie cabrum; e por isso abriu correição, e todas foram presas, postas á grade da cadeia, e arrematadas por conta da municipalidade aquellas, cujos donos não pagáram a multa.

O nosso juiz municipal supplente — Vicente P. de Almeida tambem tem a sua, e como a avistasse presa, dirigio-se para onde ella estava, e cortando a corda mandou-a para sua casa, dizendo que a forão prender dentro do seu corredor.

Porém tal ousadia custou-lhe cara, sendo ácremente reprehendido pelo seu chefe politico; e, se não fóra alguém intervir no negocio, o juiz pagaria a multa e soffreria mais as consequencias desse seu acto.

São as cousas desta terra; as leis se executão para os pobres ou adversarios, mas não para os amigos politicos, com offensa da sociedade.

Faço ponto final por esta vez; n'outra occasião serei mais extenso.

Roma.—Nesta cidade tomou as ordens de presbitero, o nosso distincto patricio e amigo Eduardo Duarte Silva, filho do sr. Carlos Duarte Silva. Além de presbitero, formou-se em canones.

Nós que conhecemos bem de perto o dr. Duarte Silva, nos congratulamos com seus illustres pais e familia, já por esse motivo, já por vêr mais um patricio coroado de tão feliz exito.

A provincia de Santa Catharina deverá em breve acolhel-o em seu seio, depois de 8 annos de longa ausencia, longe dos patrios lares.

Bem vindo seja mais esse filho dilecto de nossa provincia, e possa aqui espalhar prodigamente os sazonados fructos colhidos no meio dos labores e da saudade de seus lares.

Reunião.—Houve no dia 6 do corrente uma reunião de distinctos cavalheiros desta cidade, a fim de organisarem uma companhia que construa a estrada de Lages.

Foi aclamado presidente o sr. tenente-coronel Antonio Mauricio da Costa.

Foi nomeada uma commissão composta dos srs. Dr. Ramalho, Pamplona, Briuhosa, Hackradt e Todeschini para organisarem as bases da companhia.

Vapores.—Entrarão no dia 5 deste mez, procedentes do Rio de Janeiro, o *Itajahy* e o *Calderon*, seguindo ambos viagem para o Sul.

Exoneração.—Foi dispensado da commissão de inspector da thesouraria de fazenda desta provincia, a pedido, o sr. Antonio Caetano da Silva Kelly.

Nomeações.—Forão nomeados: inspector da thesouraria de fazenda desta provincia o sr. Bernardo de C. Maia, chefe de secção extincta da do Rio Grande do Sul; juiz municipal e de orphãos do termo da Laguna o dr. Antonio Antunes Carneiro Guimarães, e 2.º escripturario da alfandega do Rio de Janeiro o nosso patricio Gervasio Nunes Pires.

Demissão.—Foi demittido a seu pedido do cargo de thesoureiro das loterias da provincia o sr. tenente-coronel José Feliciano, e nomeado para substituil-o o sr. Severo Francisco Pereira.

Remessa.—Fomos obsequiado com a da *Gazeta Brasileira*, jornal que se publica duas vezes por semana na Republica do Paraguay, e dedicado a defesa dos direitos dos brasileiros ali residentes. Iniciou sua carreira em uma data memoravel, 6 de Dezembro, que recorda essa pugna titanica, ferida nas immediações do Itororó, onde succumbirão milhares de heróes.

Temos até o 10.º numero.

Agradecemos a offerta, e enviamos o nosso a essas plagas, onde o Brasil se coroou de glorias, e generosamente deu a liberdade a um povo escravo.

Aviso.—Não pode ser publicado neste numero um artigo sobre a instrucção publica, ficando assim interrompida a serie sobre tal assumpto.

Carnaval.—Houve pouca influencia este anno; apparecendo um ou outro bando de máscaras, e alguns dispersos, e finalisou-se a festa sem a menor occurrencia.

INEDITORIAES.

As sentenças do Sr. Tavares.

Na série de artigos que temos escripto, sob a epigrapha supra, já demonstrámos quão injusta foi a sentença do sr. José Ignacio de Oliveira Tavares, proferida em gráo de appellação, no processo crime de injuria manuscrita, em que foi A. Francisco José Rodrigues Pereira, o réo Manoel

Resta-nos agora tratar da outra sentença, tambem proferida em gráo de appellação, pelo mesmo juiz, no processo por crime de injuria verbal em que foi A. Antonio Rodrigues de Oliveira, e réo o dito Manoel Jacintho da Silva Flóres, absolvido escandalosamente em ambos os processos.

Se não fóra o dever de mostrarmos ao publico as injustiças praticadas, em consequencia de suborno, prevaricação e falta de exacção no cumprimento de deveres, teriamos deixado de o fazer, visto que os offendidos em seus direitos, em sua honra e dignidade, já fizeram subir suas queixas contra o referido juiz ao egregio tribunal da relação do districto, munidos dos necessarios documentos, para provar que está incurso nos arts. 129 §§ 1, 2 e 5, 133, 1.ª parte, 134 e 160 do cod. crim., e estão esperançados, ou crentes, de que a justiça n'aquelle venerando tribunal não se fará esperar, depois dos tramites legaes.

Já no n. 12 deste jornal demos publicidade á sentença de 1.ª instancia, proferida pelo digno dr. juiz municipal deste termo, José Ferreira de Mello, pela qual, depois de plenamente provado o delicto, com os depoimentos de duas testemunhas presentes, foi o réo condemnado a tres mezes de prisão simples, multa correspondente á metade do tempo e nas custas, como incurso no gráo maximo do art. 237 § 3.º com referencia ao art. 238 do mesmo codigo, visto que o réo tinha reincidido em delicto da mesma natureza, pois que em 1865 já tinha sido condemnado, por igual delicto, (injuria verbal), a um mez de prisão e multa correspondente á metade do tempo e custas, pelo então subdelegado do districto Manoel Francisco Pereira Netto, conforme provou o queixoso com a respectiva certidão da sentença.

Não obstante a prova dos autos, baseada aquella nos depoimentos das testemunhas visuaes capião Manoel Marques Guimarães Junior e Candido de Souza Conceição, que jurarão ter presenciado as injurias verbaes que o réo dirigira ao autor, o juiz subornado absolveu o réo, contra direito expresso, pretextando que não estando o autor presente quando o réo o injuriára só podia saber-o pelo dito de alguém, a quem qualificára de *meziriqueiro*!

Semelhante fundamento que é um triste e miseravel sophysma, a que se soccorreu o advogado do réo nas razões de appellação, está destruido cabalmente pelas regras de direito criminal, porque o art. 236 §§ 2, e 4 do cod. penal considera injuriosos os vicios ou defeitos imputados a outrem que possuão expô-lo ao odio ou desprezo publico; a imputação vaga de crimes, ou vicios sem factos especificados e tudo quanto póde prejudicar a reputação de alguém, e, por consequencia, não estatuirão que só quando a injuria se dêr em face do offendido seja punivel.

A verdade, esse pharol luminoso que deve ser o guia do juiz em suas decisões, foi provada legalmente, porquanto todos os nossos jurisconsultos e escriptores de direito são de opinião — que duas testemunhas contestes e de vista fazem prova plena do acto sobre que depõem de sciencia por o terem presenciado.

E' assim que o grande criminalista allemão Mittermayer, no seu tratado de provas criminaes a pag. 58 e 59 faz commentarios ao dever do juiz processante e ao modo da prova, e diz a pag. 81:

« Quando dous homens dignos de fé atestão um facto a que assistirão, podemos recusar admitir a verdade desse facto ?

Não certamente.
« Não vemos, diz ainda Mittermayer, que a verdade exerce pouca a pouco o seu poder sobre todos os espiritos ?

cuse todo o accesso á convicção, ou que se tenha a intelligencia obtusa, é impossivel desconhecer a realidade de certos factos ? »

E pois, ensina tambem Pereira e Souza primeiras linhas criminaes: « as testemunhas devem ser contestes, fidedignas, concludentes e intelligentes, que não deponhão de mára credulidade; e sendo em numero de duas ou tres fazem prova plena, depondo de terem presenciado o facto criminoso. »

E' ainda o jurisconsulto conselheiro Ramalho nos elementos do processo criminal quem ensina: « a prova é a que gera a convicção do juiz, sobre o facto criminoso presenciado por duas testemunhas comtudo fidedignas e intelligentes. »

Do mesmo modo o Marquez de S. Vicente, nos apontamentos criminaes, se exprime de igual maneira, explicando o valor dos depoimentos das testemunhas, o que, para nós, é intuitivo.

Logo, provado o facto criminoso por duas testemunhas visuaes, está o delicto no caso de ser punido, ou imposta ao delinquente a pena da lei.

Nem se diga que só deve ser punida a injuria quando tiver publicidade ou fôr dirigida á face do offendido. Não; no 1.º caso, porque, como diz Chassans no seu Tratado dos delictos e contravenção da palavra, parte 1.ª l. 1.ª cap. 2.ª n. 63 a pag. 34: — « ha certas infracções da palavra e do escripto que são puniveis, embora não exista a condição da publicidade: tal é o sentido da lei brazileira. »

Chaveau e Hélie, na Theoria do codigo penal, dizem: — « A segunda classe das injurias simples, são as que não são publicas. »

E Haus, nas Observações sobre o codigo penal da Belgica, parte 3.ª pag. 72, exprime-se do seguinte modo: — « a publicidade não é uma condição essencial, um elemento do delicto de injuria; é uma circumstancia que só serve para elevar o grão da pena. »

Não, no 2.º caso, porque é punivel tudo quanto póde prejudicar a reputação de outrem, e a imputação de um vicio ou defeito, sem a publicidade, ou não dirigida á face do offendido, está comprehendida na generalidade do art. 238 do codigo criminal, que diz: — quando a injuria fôr commettida sem ser por algum dos meios mencionados no art. 230, será punida com metade das penas estabelecidas. —

Basta que o réo dissesse, como disse, perante duas testemunhas que o A. era — ladrão ou velhaco —, como aquellas affirmarão em seus depoimentos, pois que, assim procedendo, assumio a inteira responsabilidade de seu acto, fazendo circular um conceito injurioso, sem que proceda a defesa, ainda mesmo de que o réo fallára na consciencia da amizade.

Taes forão os fundamentos com que o illustrado juiz de direito da 2.ª vara criminal da côrte, Joaquim Francisco de Faria, condemnou a Antonio Pompili, por ter injuriado perante tres testemunhas, e em ausencia da offendida, a mulher de Lourenço Percino, como se vê na *Revista Juridica*, tomo 7.ª á pag. 223.

Tudo isto, porém, foi um brinco para o sr. Tavares, que com o maior *sans façon*, absolveu o réo de um crime plenamente provado!

E o fez por se deixar corromper pela influencia e peditórios dos protectores do réo Manuel Jacintho da Silva Flôres, como é publico e notorio, aos quaes foi offerecido um *lunch* no dia da publicação das sentenças e poucos dias depois um jantar em casa do ex-procurador do mesmo, em regosijo a terem suplantado a lei e a justiça!

Tal foi o effeito desse acto do sr. Tavares: tal foi a injusticia que se commetteu.

victoria de uma campanha ou o fructo de um combate renhido, em que triumphasse a causa justa da humanidade soffredora!

E digão agora os homens da sciencia juridica: esse acto escandaloso, essa sentença *sui generis* proferida por meio de suborno, com prevaricação, por ser dada por contemplação aos amigos do réo, não merece a mais acre censura, e não se tornou o juiz, que a proferio, digno de severa punição para exemplo da mortalidade publica e desafronta da lei offendida em sua magestade?

Todos responderão que sim, porque realmente sem ella nem teremos tranquillidade, nem a segurança individual offerecerá garantias.

Esperamos confiado na proverbial justiça do sapientissimo tribunal da relação do districto que breve soará a hora de vermos abatida a injusticia e triumphante o direito claro e inconcusso do A.

Taes são os votos que fazemos, porque não desejamos vêr a impunidade attingir aos fóros de legitima justiça: aquella só póde achar guarida em juizes que não sabem o que fazem, e nem entendem o que lêem.

Nossas censuras estão palpavelmente reconhecidas procedentes: o juiz accusado nem ao menos se tem defendido, o que só por si mostra serem aquellas irrespondiveis, e a prova latente da verdade.

Concluimos chamando a attenção dos que tiverem lido nossos escriptos para as duas sentenças proferidas pelo distincto juiz municipal deste termo, pelas quaes tiuba o réo sido condemnado.

Esse facto deo aos autores nos dous processos o triumpho moral, aos quaes assistia todo o direito de queixarem-se contra o réo pelas injurias que lhes irrogou.

Estão satisfeitos porque realmente só o sr. Tavares seria capaz de, em 5 dias, reformar duas sentenças de um juiz formado em direito, apesar de ser leigo e bem leigo, tanto que nem sabe escrever correctamente o portuguez, como já o demonstramos.

E um juiz de tal ordem bem póde ser o flagello do bem para fazer realçar o mal, e espesinhar aos que carecem de justiça para desafrontar sua honra ultrajada.

Temos concluido.

Digão, porém, agora os entendidos na materia: — quem foi o desmoralizado, o juiz que julgou contra a lei ou o advogado que sustentou com galhardia os direitos das partes?

UM DO FÓRO.

Desterro, 6 de Fevereiro de 1875.

Ao publico.

Volta o *confusionario* na *Regeneração* de 7 do corrente.

Não admira que o invejoso da probidade e da honradez albeia lance mão da calumnia, pensado alcançar desse modo o descredito da reputação firmada.

Mas atirar aos lobos uma pobre viuva, sujeito-a a um processo, é um facto que bem revela quem seja o seu autor.

A declaração de Maria Kiefer, que "os cincoenta mil réis dados aos escrivão de orphãos foi como custo do trabalho da retirada que fez do dinheiro existente na thesouraria de fazenda, e que não devia afóra isto nada ao mesmo escrivão, que não a intimou para prestação de contas", — é uma ousadia tal, contraria á verdade, que dará em resultado um processo, de onde provirão muitos e muitos desgostos a pobre viuva.

Como é que diz que deu cincoenta mil réis, pela retirada do dinheiro somente?

A retirada do dinheiro foi a 11 de Dezembro de 1873, data em que deu o dinheiro ao escrivão; a prestação de contas começou a 26 de Novembro do mesmo anno, e veio findar-se com as allegações do advogado.

Como, pois, dizer Maria Kiefer que "afóra o custo do trabalho da retirada do dinheiro nada devia ao escrivão?"

Quem foi que fez a essa pobre viuva dizer semelhante cousa?

E' deste modo que pretendem marear a reputação do homem probo e honrado?

Enganão-se.

E como ousou Maria Kiefer declarar que não foi intimada para a prestação de contas?

Veja-se os autos, e nelle se encontra que em 26 de Novembro de 1873 foi intimada, e accusada em audiencia a 27 do mesmo mez e anno.

E para corroborar transcrevemos o principio da petição a fls. 16 dos autos (allegando) do advogado de Maria Kiefer dr. Joaquim Augusto do Livramento: "Diz Maria Kiefer, tutora de sua filha Maria casada actualmente com Francisco de Sant'Anna, que tendo a requerimento deste sido intimada para prestar contas da tutoria de sua dita filha, deixou a supplicante de comparecer no dia aprasado para esse fim por encommodo de saude. Agora porém, por meio de seu advogado vem apresentar a conta do debito e credito da referida tutoria, etc., etc."

Convém notar que esta conta corrente está escripta por letra do Sr. Delfino dos Santos.

Como então diz Maria Kiefer que não foi intimada, e que afóra a retirada do dinheiro nada mais devia ao escrivão?

Se nada mais devia além disso, como foi o contador contar custas que não existião?

Qual será agora o resultado desta confusão?

E' que estando o sr. Livramento obrigado "a defender a Maria Kiefer em qualquer tempo que fôr encommodada, e dando-se agora o facto de ser chamada a responsabilidade, o sr. Livramento ha de ir defendel-a; mas como é promotor publico, está impossibilitado; mas deve pagar de sua algibeira a algum advogado para esse fim.

Mas o sr. Livramento não pode ser promotor nesse processo, visto como é parte; tem por consequente de ser nomeado um promotor *ad hoc*.

Aonde se o encontrará?

A confusão reina, está portanto descoberto o gigante.

O gigante é esse homem *confusionario*, que já tem sido causa de cinco ou seis processos, por meio da intriga, da injuria e da calumnia.

Ha de cansar esse *confusionario*, chegando a abaixar a cabeça e comprehender o que é um homem de bem.

Em seguida á sra. Maria Kiefer vem o *confusionario* com um rosario de confusões, dedicado ás autoridades, julgando serem estas carolas ou estultas.

No começo do artiguete diffamatorio diz que o escrivão de orphãos tem um unico defensor.

Equantos tem o actual presidente desta provincia dr. João Thomé da Silva?

Falla no segundo periodo em fertilidade de *engenho e arte*, e de expedientes ligeiros.

Aonde está essa fertilidade?

Quaes os factos?

Será o difamador tão generoso que não os queira apontar?

Não, porque agarrou-se ao facto das quatro partilhas, usando de mentiras, e agora a este de Maria Kiefer, usando da calumnia.

Que fertilidade é essa, de onde apenas sabem espinhos e cardos para o *confusionario*?

Aonde esse *engenho e arte*?

Engenho e arte é não aceitar dois contos de réis para o Senhor dos Passos, preferindo embolçar alguns centos; *engenho e arte* é intrigar a meio mundo, é calumniar a todos; *engenho e arte* é fazer *lambiato zelote de torcer* no balcão da taberna do *confusionario*; *engenho e arte* é não querer pagar cento e vinte oito mil réis; *engenho e arte* é mentir que nada tinha recebido da viuva, sendo em breve confundido publicamente pelos jornaes; *engenho e arte* é advogar e ser juiz na mesma causa; *engenho e arte* é fazer confusão.

Por certo aquelle que diz que o escrivão para illudir o publico e as autoridades preparou dois autos e só agora dá ao contador do juizo para os contar, quando ha perto de um anno que levou os cincoenta mil réis da pobre viuva.

Como podia o escrivão preparar dois autos sem conviencencia com o juiz e com o autor da conta corrente?

E quanto ao contar agora o contador, é porque os autos podem ser contados, quando não findos, em todo e qualquer tempo.

Quem será o capadocio?
Sem duvida aquelle que diz que o escrivão estendeu as custas a seu bel prazer, e arranhou mais um auto de prestação de contas.

Quem estendeu então as custas foi o contador, e não o escrivão, e quem arranhou mais um auto de prestação de contas — forão, além do escrivão, o juiz, o advogado, a viuva, seu genro, o contador e o autor da conta.

Quem é o capadocio?
Indubitavelmente o *confusionario* que diz «consta-nos que não houve prestação de contas, e ahí está o advogado da viuva Dr. Livramento, que diz não ter sido intimado e a propria viuva tambem.»

Ora quem pegar nos autos vê que a viuva foi intimada a 26, accusada a 27, tudo de Novembro de 1873, como está dito na rescripta é mesma, bem como verá o proprio Dr. Livramento declarar em sua petição que a viuva foi intimada, e que houve prestação de contas, como consta no cartorio, e do recibo que segue:

«Recebi da Sra. Maria Kiefer a quantia de cem mil réis, importancia de meus honorarios de advogado na prestação de contas a que a mesma Sra. foi chamada, como tutora de sua filha Maria. Desterro, 11 de Dezembro de 1873. — Joaquim Augusto de Livramento.»

(Reconheço verdadeira a firma supra e dou fé. Desterro, 31 de Janeiro de 1875. Em fé de verdade. — O tabelião Leonardo Jorge de Campos.)

Quem é o capadocio *confusionario*?
E' quem diz que commetteu-se um abuso maior para justificação de outro.

Que abuso! os autos forão agora contados!

E a viuva "foi lesada tão cruelmente como se queixa", estando ainda a dever tres mil seiscientos réis ao escrivão!

Descauce o *confusionario* que o publico e as autoridades não se illudem.

E' a raiva que lança essa baba peçonhenta, mas fique certo de que tem o escrivão muito bons antidotos e desinfectantes — a probidade e a honradez.

Juca das alegrias.

Ao Justus do «Desper-tador.»

A opposição que temos feito ao actual governo da provincia, é tão procedente, tão desapaixouada, tão justa, visando somente o bem, a prosperidade e o engrandecimento de Santa Catharina, que fez apparecer no *Desper-tador* de 6 do corrente um *Justus*, confirmando o que levamos dito.

Sem duvida o *Justus* ha de ser algum Rosas Delfino, o que torna valiosa a nossa as-senção, e evidente a condemnação plena da administração do sr. João Thomé.

Assim é que diz o *Justus*: A *Opinião Catharinense* sempre prompta a censurar os ACTOS MENOS JUSTOS E ACERTADOS de s. ex....

Avalie o publico até onde chega a força da convicção.

Sabio-se mal da embos-cada.

A *Regeneração* ficou surpreendida duas vezes: numa com a pronuncia do Dr. juiz de direito da comarca Severino Alves de Car-

blico conjunctamente: uma por ter o orgão liberal aceito em suas columnas artigos do sr. Juca Delfino; a outra por conter o ultimo artigo deste sr. — uma *calumnia* contra o seu primeiro e mais activo correligionario, o sr. tenente-coronel Anastacio Silveira de Souza.

ZIG-ZAGS.

Ninguem mais falla na alfandega, nem della se lembra; assim como ninguem sabe das *eventuaes*.

Bem aventurados os limpos de coração, por que elles verão a Deus.

As *eventuaes* despertão na memoria as *soirées*; e por isso s. ex dançou a polka na ultima reunião do club 4 de março.

Na penultima quem exhibio-se foi o Juca das alegrias. Dançou duas polkas aos pulinhos, e com um *degagé*, na pontinha dos pez, que parecia um boneco de realejo. Suava como um bixo de capote. O par ria-se, e dava-lhe viravoltas, e o homem fez que não entendeu. Como era lindo e com tanta alegria não estava!

Ou elle, ou o Thomé João.

O Rosas anda meio enciumado com os liberaes, porque s. ex. presta attensões a estes, deixando-o no seu lugar.

O Eloy não pode ver com bons olhos a organização da companhia que deve tornar effectiva a estrada de rodagem entre S. José e Lages, nem o Braguinha que não terá as informações do presidente para contratar a obra da Alfandega.

Porque o sr. Eloy não pede, (não insta, não ordena (se é chefe) que s. ex. não aceite esta idéa?

Faça-o, como fez com a pretensão Schutel, pedindo aos deputados que fossem contra; porque depois o *Conservador* escreverá:

«O que dirá agora a *Regeneração*?»

O que faz o sr. Miguel aqui na cidade, perguntão todos, e o irmão de s. ex.?

O mesmo que faz o sr. Thomé João, comendo o dinheiro do governo.

E o sr. Pinto Braga e o sr. Padre Franco o que fazem tambem?

Ora exm., veja se manda vir o titio, o primo, o papai, o vôvo et cetera e tal pontinhos.

Desde o dia 27 de setembro de 1873, data em que foi proferida sentença, até 5 de janeiro de 1874, data em que recebeu a quantia, ainda não tinha pago nem á typographia, nem aos tabeliães, o nem á estação do telegrapho!!!!

Recebeu 1:500\$000 para pagamento de todas as despesas e custas do processo, ficando a outra parte livre completamente de tudo.

Ora esta tendo já dado 40\$000 ao tabelião, devia por consequente recebê-los, visto como ficava livre de tudo e a outra se obrigava a pagar todas as custas e mais despesas.

Mas o que fez o homem trambolho: incluiu os 40 mil réis, quando foi pagar o tabelião, dando-lhe apenas 100\$000 réis, e disse-lhe — os 300\$000 réis paga-os fulano!!!!!!

Esta foi uma das esportezas, e outras existem nesse dinheiro recebido.

noel Brocardo e entreguei ao Sr. José Delfino dos Santos a quantia de um conto e quinhentos mil réis, assim de se perdoarem um ao outro, os crimes de injurias impressas porque forão ambos condemnados, por sentenças dadas pelo dr. juiz de direito desta comarca, ficando o Sr. José Delfino dos Santos obrigado a pagar as *custas e despesas dos processos*. E por ser verdade firmo o presente. — Desterro, em 5 de Janeiro de 1874. (Está uma estampilha de 20\$ rs. inutilizada). — Manoel Francisco Pereira Netto. — Como testemunha, José Francisco Pacheco. — Como testemunha, declaro que vi o Sr. Netto receber a quantia de 1:500\$000 rs., e ouvi o mesmo Sr. Netto afirmar que tinha entregue a dita quantia ao Sr. José Delfino dos Santos, o qual se obrigava ao pagamento das *custas e mais despesas dos processos*. — Desterro, 5 de Janeiro de 1874. — Alexandre Augusto Ignacio da Silveira. — Como testemunha Ed. Salles. — Como testemunha do que fica dito acima — Bento Gonçalves Amaro.»

MOFINA.

APPELLO.

Invoca-se o *distincto cavalheirismo* do Sr. José Delfino, para (por *philantropia*) publicar a conta das despesas e custas, em que foi despendida a quantia de 1:500\$ réis que para esse fim lhe foi entregue pelo Sr. Manoel F. P. Netto, de parte do Sr. Estevão Manoel Brocardo.

Não se lhe pedia esta *graça*, ou antes, guardar-se-hia *perpetuo silencio*, se o *Conservador* não tivesse *urbi et orbi* decantado em prosa o acto *cavalheirismo* do perdão dado ao Sr. Estevão, sem fallar no concedido por este ao Sr. José Delfino, occultando-o, sem duvida, por conveniencia propria.

Au revoir.

ANNUNCIO.

PROGRAMMA

REORGANISADO

DA

Aula noturna gratuita para adultos

Carvalho d'Oliveira

NA FREGUEZIA DE CAMBORIU'

1.ª DA PROVINCIA PELA INICIATIVA.

MATERIAS DE ENSINO

- I Religião, leitura, escripta, arithmetica, metrologia e civilidade.
- II Conhecimentos praticos e theoricos de agricultura.

PESSOAL ELEITO

Director vitalicio — o iniciador B. Carvalho d'Oliveira, professor publico effectivo
Vice-director — vereador J. da S. Santos, negociante.

PROFESSORES

os cidadãos M. M. de Bitancourt, J. Borges de Campos, e vereador J. F. Nunes da Silva.

N. B. — Quando for grande a concurrencia de alumnos, poderá ser augmentado o numero do respectivo professorado.

MATRICULA

A matricula será feita por um dos professores presentes, perante a guia passada pelo director ou vice-director em seu lugar. As guias ficarão archivadas até o fim do anno lectivo.

NOITES LECTIVAS

Segunda, quarta e sexta-feira, não havendo impossibilidade, desde as 6 ás 9 horas, no verão; e das 7 ás 10, no inverno. Os alumnos em frequencia concorrerão com as luzes necessarias para as aulas.